

BRASILIANAS

Matheus H. Souza/Agência Brasília



Ciclovía cercada de árvores no Pistão Sul, em Taguatinga

Nova política de arborização urbana entra em vigor

A Política Distrital de Arborização Urbana e Combate a Desigualdades Ambientais passou a vigorar no Distrito Federal em 12 de dezembro, após a promulgação da Lei Complementar nº 1.061/2025. A norma, aprovada pela Câmara Legislativa e inicialmente vetada pelo Governo do DF, já havia tido o veto derrubado pelos deputados e agora começa a produzir efeitos práticos na gestão ambiental do território.

A nova política estabelece princípios, objetivos e instrumentos para orientar a arborização urbana no DF, com ênfase na redução das desigualdades ambientais entre as regiões administrativas. O texto determina que o governo deve **priorizar áreas com indicadores socioeconômicos mais precários** no planejamento e na execução das ações de arborização.

A lei também obriga a elaboração participativa do Plano Diretor de Arborização Urbana (PDAU), com envolvimento de comunidades, especialistas, universidades e equipes técnicas multidisciplinares dos órgãos ambientais. O processo deve garantir ampla divulgação das metodologias utilizadas e integração com pautas sociais, especialmente aquelas relacionadas à população de baixa renda, habitações informais e geração de empregos verdes.

Matheus H. Souza/Agência Brasília



Novacap é a responsável pelo plantio de árvores no DF

DF desconhece onde estão árvores

Apesar de figurar entre as unidades da Federação com maior cobertura arbórea do país, o Distrito Federal ainda não sabe exatamente onde estão suas árvores. Estimativas oficiais apontam a existência de cerca de 5,5 milhões de exemplares distribuídos pelo território, mas a Companhia Urbanizadora da Nova Capital (Novacap), responsável pelos viveiros e pelo plantio de árvores na cidade, confirma que não há inventário por região administrativa, o que impede diagnósticos precisos e planejamento detalhado.

A ausência de dados consolidados contrasta com a relevância ambiental do DF. Segundo o Censo 2022 do IBGE, 84,2% dos moradores vivem em ruas arborizadas, e 56,4% têm ao menos cinco árvores próximas de casa, índices que colocam Brasília entre as capitais mais arborizadas do Brasil.

Ainda assim, especialistas e parlamentares apontam que a distribuição das áreas verdes é profundamente desigual e prejudica áreas pobres.

POR
WILLIAM FRANÇA

Meta é 15m² de área verde por habitante

Entre as metas estabelecidas, cada região administrativa deverá assegurar ao menos 15 m² de área verde por habitante e uma árvore por pessoa. A norma também prevê que todos os moradores tenham acesso a um espaço arborizado a até 500 metros de suas residências, além de regulamentar procedimentos de plantio, manejo, remoção e corte de árvores.

Autor da proposta, o deputado distrital Fábio Félix (PSOL) afirma que a política busca corrigir distorções históricas na distribuição de áreas verdes no DF. “Segundo a Novacap, existem cerca de 5,5 milhões de árvores no DF, mas a maior parte está concentrada na região central da cidade: Plano Piloto e lagos Sul e Norte. A lei cria um marco legal para uma política pública que reconhece a arborização urbana como serviço de utilidade pública e reduz a disparidade entre as regiões administrativas”, disse.

Com a entrada em vigor, o Executivo passa a ter obrigação legal de implementar as diretrizes e metas previstas na nova política de arborização.

Plano Piloto ganhou mais árvores

Os números disponíveis reforçam essa percepção. Dados recentes de plantio mostram que o Plano Piloto recebeu 7.841 novas árvores entre 2023 e 2024, enquanto regiões como Santa Maria (18), Samambaia (16), Riacho Fundo, Recanto das Emas e Gama (todas com zero plantios registrados) praticamente não foram contempladas. A discrepância também aparece em imagens aéreas, que evidenciam o contraste entre áreas centrais e regiões densamente povoadas, como o Sol Nascente.

A falta de um inventário oficial é apontada como um dos principais entraves para políticas públicas mais equilibradas. Sem saber quantas árvores existem em cada região administrativa — e em que condições elas se encontram — o governo enfrenta dificuldades para planejar plantios, manejar espécies e reduzir desigualdades ambientais.

A recém-promulgada Política de Arborização tenta preencher essa lacuna ao obrigar o Executivo a mapear e planejar a arborização.



Lote e data de validade estão gravados no fundo da lata

Anvisa proíbe lotes de lácteos da Nestlé no DF

Estabelecimentos foram notificados sobre a proibição

A Secretaria de Saúde do Distrito Federal (SES-DF) foi comunicada pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) sobre a proibição da comercialização, distribuição e uso de lotes específicos de produtos lácteos fabricados pela empresa Nestlé.

A determinação ocorre após a identificação de risco de contaminação por toxina produzida pela bactéria *Bacillus cereus*, microrganismo capaz de provocar quadros de vômitos persistentes, diarreia e dores abdominais.

Diante da situação, a própria empresa Nestlé já iniciou um recolhimento voluntário dos produtos afetados, assumindo a responsabilidade pela retirada dos itens do mercado.

Paralelamente, a Vigilância Sanitária do Distrito Federal intensificou ações de fiscalização em drogarias, estabelecimentos de saúde e pontos de venda, com o objetivo de garantir o cumprimento da medida e evitar que os produtos continuem sendo comercializados.

A SES-DF informou que todos os estabelecimentos que atuam na venda dos produtos foram formalmente notificados sobre a proibição. A comercialização de itens pertencentes aos lotes recolhidos configura infração sanitária e pode resultar em sanções previstas na legislação vigente.

No âmbito da própria Secretaria de Saúde, foram realizadas

verificações internas por meio da Gerência de Nutrição, incluindo a Central de Nutrição Domiciliar e a Farmácia Central. Nessas unidades, não foram encontrados produtos pertencentes aos lotes citados no comunicado da Anvisa.

Além disso, os serviços de nutrição das unidades hospitalares da rede pública estão em contato com as empresas responsáveis pela alimentação hospitalar para averiguar a existência de produtos irregulares. Caso sejam identificados, os itens serão imediatamente recolhidos e descartados.

Segundo a SES-DF, a situação não gera impacto na assistência nutricional oferecida à população do Distrito Federal, uma vez que não há registro de uso dos produtos afetados nas unidades da rede pública de saúde.

As ações adotadas seguem os protocolos de segurança sanitária e visam à proteção da saúde coletiva.

A identificação dos produtos pode ser feita por meio do número do lote e da data de validade, informações que estão gravadas no fundo das embalagens.

A Secretaria de Saúde orienta consumidores e estabelecimentos a consultarem os canais oficiais da Anvisa e da Nestlé para obter detalhes sobre todos os lotes incluídos no recolhimento e sobre os procedimentos adequados em caso de posse dos produtos interditados.